

Proposta: *Crédito Ext* mais empréstimos para combater a inflação.

JORNAL DA TARDE

15 JAN 1986

O governo brasileiro está convencido de que um dos principais itens para um combate efetivo à inflação, este ano, seria a obtenção de um empréstimo de US\$ 1 bilhão junto aos bancos credores internacionais. Juntando-se ao montante de US\$ 1,5 bilhão que será internalizado no País pelas instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as condições de reduzir a inflação, ou pelo menos de evitar que ela estoure, ficariam bem melhores.

O raciocínio é de uma qualificada fonte do Palácio do Planalto. Ele informa que, no momento, as negociações entre o Brasil e os bancos credores, para uma renegociação mais ampla da dívida externa, enfrentam três problemas: o monitoramento do FMI, os altos spreads — taxa de risco — e a questão do dinheiro novo.

Nos primeiros contatos com o governo da Nova República, os bancos tentaram incluir uma cláusula segundo a qual o Brasil abriria mão, por um longo período, de pedir novos recursos ao sistema financeiro internacional. Ocorre que o presidente José Sarney resiste. A equipe econômica está orientada a lutar pela liberdade de solicitar recursos novos aos bancos no momento em que considerar necessário.

Porém, no âmbito do próprio governo brasileiro existem divergências a esse respeito. Na gestão de Francisco Dornelles à frente do Ministério da Fazenda, predominou a seguinte posição: o Brasil não poderia recursos novos enquanto não fechasse um acordo de reescalonamento a longo prazo da dívida. Na Seplan, entretanto, defendia-se a necessidade de dinheiro novo.

As coisas mudaram. A posição de Dornelles, então considerada conservadora, é hoje qualificada de realista, e a ela a própria Seplan está aliada. Recentemente, o ministro João Sayad foi claro: suas maiores preocupações são o aumento real de salários e a questão da dívida externa, que pressionam diretamente a inflação. Por outro lado, no âmbito do Ministério da Fazenda, insiste-se em alguns gabinetes na solicitação do dinheiro novo, ainda que os bancos não tenham em nenhum momento demonstrado qualquer interesse em voltar a emprestar voluntariamente ao Brasil.

Fonte do Palácio do Planalto ressalta que o ideal seria o Brasil conseguir internalizar pelo menos US\$ 2 bilhões este ano, dos

quais US\$ 1 bilhão dos bancos comerciais. Esse empréstimo não seria exatamente recurso novo; apenas deixaria de ser enviado para o Exterior. Assim, por exemplo, ao invés de pagar US\$ 10 bilhões de juros, o Brasil pagaria US\$ 9 bilhões.

O governo brasileiro está convencido de que os banqueiros precisam dar sua cota de ajuda ao País, para combater a inflação. Nos contatos internacionais, eles insistem na necessidade de o processo inflacionário ser reduzido. Até agora, porém, não demonstraram qualquer interesse em, sequer, propor uma renegociação mais ampla, mesmo que em idênticas condições das anteriores.

Quanto ao monitoramento do FMI sobre as contas brasileiras, a posição do Brasil não muda. E a redução do spread é uma necessidade para o País, observa uma fonte. Atualmente, o spread é de 2% e o governo de Figueiredo já deixou uma negociação em andamento para reduzi-lo a 1,1%.

Bancos pressionam

O presidente do PMDB e da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, ao sair de uma reunião a portas fechadas com o ministro Dilson Funaro (Fazenda), deu a entender que os bancos estão pressionando o Brasil para que assine um acordo com o FMI. O ministro, segundo Ulysses, reiterou que o governo brasileiro não recuará da sua "posição de independência" em relação ao Fundo, ou seja, "não sacrificará o desenvolvimento e o emprego em benefício do pagamento da dívida externa".

Ulysses Guimarães disse que as grandes preocupações no momento são a inflação, a dívida externa e as secas, que provocaram quedas na produção agrícola do Centro-Sul do País. Mas não quis comentar a intenção do ministro Funaro de acionar o mecanismo "efeito acidentalidade" do cálculo do IPCA, que se aplicado deixará de refletir neste índice os bruscos aumentos de preços dos produtos agrícolas.

IPCA: portaria.

Para eliminar as dúvidas do mercado, o ministro do Planejamento, João Sayad, baixou portaria ontem, na qual esclarece que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor vigente desde 1º de dezembro passado é o IPCA. Isto significa que tanto salários como aluguéis de janeiro serão reajustados com base no IPCA de dezembro.